

## ***Desafios dos enfermeiros quanto ao uso dos fitoterápicos na atenção primária à saúde*** ***Challenges faced by nurses regarding the use of herbal medicines in primary health care***

***Marineide de Souza Lopes<sup>1</sup>, Antonio Fernandes Filho<sup>3</sup>, Wyara Ferreira Melo<sup>1,2</sup>, Darismar Afonso Querino Alves<sup>1</sup>, Aline Carla de Medeiros<sup>1,2,3</sup>, Alan Del Carlos Gomes Chaves<sup>1,2</sup>, Maria Michele Venancio<sup>4</sup>, Patricio Borges Maracaja<sup>3</sup>***

1 Alunos e Egresos do Programa de Pos Graduação em Sistemas Agroindustriais (PPGSA) do Centro de Ciências Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Pombal – PB E-mail: [marineide.souza@professor.ufcg.edu.br](mailto:marineide.souza@professor.ufcg.edu.br); [darismar.afonso@tecnico.ufcg.edu.br](mailto:darismar.afonso@tecnico.ufcg.edu.br); [alinecarla.edu@gmail.com](mailto:alinecarla.edu@gmail.com); [alandelcarlos78@gmail.com](mailto:alandelcarlos78@gmail.com);

2 Programa de Pos Graduação em Engenharia de Processos (PPGEP) Centro de Ciências e Tecnologia da Universidade Federal de Campina Grande – PB – Brasil CCTA/UFCG E-mail: [alinecarla.edu@gmail.com](mailto:alinecarla.edu@gmail.com); [alandelcarlos78@gmail.com](mailto:alandelcarlos78@gmail.com)

3 Professores do Programa de Pos Graduação em Sistemas Agroindustriais (PPGSA) do Centro de Ciências Agroalimentar (CCTA) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) Pombal – PB E-mail: [antonio.fernandes@professor.ufcg.edu.br](mailto:antonio.fernandes@professor.ufcg.edu.br); [patriciomaracaja@gmail.com](mailto:patriciomaracaja@gmail.com); [alinecarla.edu@gmail.com](mailto:alinecarla.edu@gmail.com)

4. Escola da Ciencia da Saude de Patos – ECISA/UNIFIP : E-mail: [michelevenancio485@gmail.com](mailto:michelevenancio485@gmail.com)

**RESUMO:** As plantas medicinais fazem parte da história da humanidade, sendo utilizadas para curar as doenças físicas. São consideradas espécies vegetais, cultivadas ou não, com propósitos terapêuticos. A fitoterapia, por sua vez, trata-se de uma forma de tratamento simples e natural, que tem a finalidade de tratar ou prevenir doenças a partir da preparação de vegetais ou aos princípios ativos que deles possam ser extraídos. Com isso, a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos acaba sendo uma prática mundialmente disseminada, contudo, os profissionais de saúde ainda possuem dificuldades na orientação dos usuários da APS quanto as indicações do uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos. O estudo teve como objetivo desenvolver uma pesquisa integrativa buscando compreender os desafios dos enfermeiros quanto ao uso das plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde. A metodologia trata-se de uma pesquisa integrativa, realizada nas bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) através da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de dados de Enfermagem (BDENF). A questão norteadora foi: Quais os desafios enfrentados pelos enfermeiros quanto ao uso das plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde? Para realizar a busca dos artigos selecionados utilizou-se os descritores em saúde: Enfermeiros. Fitoterápicos. Plantas Medicinais. Os cruzamentos aconteceram através da utilização do descritor booleano *and*. Os resultados oriundos do cruzamento dos descritores BVS foi de 1.051 artigos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão identificou-se 95 estudos e após a leitura criteriosa dos resumos foram selecionados 7 artigos para compor a revisão integrativa dos quais 2 foram publicados em 2021 e 1 foi publicado em 2015, 2016, 2018, 2020 e 2022, respectivamente. Conclui-se que a revisão integrativa foi extremamente importante para ter acesso ao cenário atual dos enfermeiros que atuam na APS e como ocorre essa relação entre os enfermeiros, o uso das PICS e a receptividade dos usuários da atenção básica. Desse modo, nota-se que ainda há um longo caminho para ser feito no tocante as capacitações direcionadas ao uso racional das plantas medicinais e dos fitoterápicos por parte dos profissionais de saúde, em especial do enfermeiro, que pode ter nesse campo de atuação uma área bastante promissora, pois, cerca de 80% da população mundial elege as plantas medicinais como forma de tratamento.

**Palavras-chave:** Enfermeiros. Fitoterápicos. Plantas Medicinais.

**ABSTRACT:** Medicinal plants are part of human history and are used to cure physical illnesses. They are considered plant species, cultivated or not, with therapeutic purposes. Phytotherapy, in turn, is a simple and natural form of treatment, which aims to treat or prevent diseases through the preparation of plants or the active principles that can be extracted from them. As a result, the use of medicinal plants and phytotherapeutics ends up being a worldwide practice; however, health professionals still have difficulty in guiding PHC users regarding the indications for the use of medicinal plants and phytotherapeutics. The study aimed to develop an integrative research seeking to understand the challenges faced by nurses regarding the use of medicinal plants and phytotherapeutics in Primary Health Care. The methodology is an integrative research, carried out in the databases indexed in the Virtual Health Library (BVS) through the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) and Nursing Database (BDENF). The guiding question was: What are the challenges faced by nurses regarding the use of medicinal plants and phytotherapeutics in Primary Health Care? To search for the selected articles, the following health descriptors were used: Nurses. Phytotherapeutics. Medicinal Plants. The crossings occurred through the use of the Boolean descriptor *and*. The results from the crossing of the BVS descriptors were 1,051 articles. After applying the inclusion and exclusion criteria, 95 studies were identified and, after careful reading of the abstracts, 7 articles were selected to compose the integrative review, of which 2 were published in 2021 and 1 was published in 2015, 2016, 2018, 2020 and 2022, respectively. It is concluded that the integrative review was extremely important to have access to the current scenario of nurses working in PHC and how this relationship occurs between nurses, the use of PICS and the receptivity of primary care users. Thus, it is clear that there is still a long way to go in terms of training aimed at the rational use of medicinal plants and phytotherapeutics by health professionals, especially nurses, who may have a very promising area of activity in this field, since approximately 80% of the world's population chooses medicinal plants as a form of

treatment.

**Keywords:** Nurses. Phytotherapeutics. Medicinal Plants.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é conhecido mundialmente pela vasta biodiversidade, o país possui em torno de 15% a 20% do total mundial, com destaque para as plantas superiores, nas quais detém aproximadamente 24% da biodiversidade. Com todo esse arsenal, as plantas são a matéria-prima para a fabricação de fitoterápicos e outros medicamentos. Além de seu uso como substrato para a fabricação de medicamentos, as plantas podem ser usadas também em práticas populares e tradicionais, como remédios caseiros e comunitários, processo conhecido como medicina tradicional (BRASIL, 2016).

Santos et al. (2020) acrescentam que a cultura, a tradicionalidade de uso e a vasta biodiversidade justificam a grande demanda e procura por fitoterápicos para os cuidados de saúde no Brasil. Aproximadamente 82% da população brasileira utiliza preparações e produtos à base de plantas medicinais, o que por sua vez, corrobora com os dados Organização Mundial da Saúde (OMS) que aponta que de 70% a 90% da população mundial, principalmente em países em desenvolvimento, faz uso de práticas tradicionais, como é o caso da fitoterapia.

Sabe-se que o uso de plantas com finalidades terapêuticas é uma prática surgida praticamente junto com a espécie humana. Com isso, ao longo dos anos observa-se que as plantas medicinais são importantes para a obtenção de fitoterápicos e de novos fármacos, pois, a maior parte dos medicamentos é obtido através da natureza. Desse modo, a fitoterapia trata-se do estudo das plantas medicinais e de suas aplicações na vida do indivíduo, ou seja, é uma prática terapêutica que utiliza de plantas, tanto em *in natura* ou a partir de suas várias preparações dos derivados vegetais, sem que haja o processo de isolamento de seus constituintes ativos, em que são aplicadas com a finalidade medicinal (Souza et al., 2021; Santos et al., 2020).

De acordo com Matos et al. (2018), no cenário atual, a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos acaba sendo uma prática mundialmente disseminada, sendo encorajada pela OMS, especialmente nos países em desenvolvimento. Assim, no ano de 2006, no Brasil, o Ministério da

Saúde lançou a Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), oferecendo aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), a Fitoterapia. Em 2008, foi publicada a Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS (RENISUS) (Gadelha et al, 2015).

Entretanto, os usuários do SUS que utilizam esta terapia precisam de uma prescrição adequada e de informações sobre possíveis interações medicamentosas.

As ações voltadas ao uso racional dos fitoterápicos, representa o resgate de uma prática milenar e a inclusão de mais uma opção terapêutica para o tratamento de várias doenças à disposição dos profissionais de saúde, capaz de promover melhorias na atenção à saúde dos usuários do SUS, principalmente na Atenção Básica, por meio do conhecimento popular e científico (Barreto; Oliveira, 2022). Oliveira et al. (2019) citam que para que ocorra o desenvolvimento dos sistemas de saúde, é necessário que a APS possa fortalecer o acesso e a cobertura universal da saúde, que são prioridades para melhorar a saúde global.

Nesse panorama, vale destacar a figura enfermeiro, que por sua vez, emerge como uma peça fundamental para a melhoria dos tratamentos fitoterápicos, considerando a importância da valorização da cultura popular, através da busca pelo conhecimento aprofundado. Contudo, nem sempre a função de orientar e assistir o paciente em relação aos fitoterápicos é eficiente. Esse fato é evidenciado pela falta de conhecimento científico por parte dos profissionais, tanto em virtude da deficiência no sistema acadêmico quanto pela falta de interesse na área (Ferreira et al., 2019).

Diante do que foi apresentado, nota-se a importância de trabalhar essa temática, uma vez que, o enfermeiro é um profissional basilar da APS, desenvolvendo múltiplas atividades, de natureza educativa, assistencial, administrativa, como explica Oliveira et al. (2019). Assim, a escolha do tema justifica-se mediante a importância de utilizar as plantas medicinais e fitoterápicos na prática do profissional enfermeiro, considerando que a enfermagem realiza atividades com a equipe de trabalho e a população planejando e implementando

ações de promoção da saúde e prevenção de agravos (Ferreira et al., 2019).

## BREVE HISTÓRICO DA UTILIZAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS

A descoberta e utilização de plantas medicinais para curar as doenças físicas remontam há 60.000 anos a.C., embora registros demonstrem que os homens primitivos já recorriam à natureza buscando recursos para outros fins que não somente saciar a fome, através de experimentações, as plantas serviam para curar males físicos e também na prática de rituais religiosos (Rocha et al., 2021).

O Papiro de Ebers é datado de 1.500 anos a.C. e é um dos primeiros registros que evidenciam a medicina à base de plantas. Este pergaminho egípcio descreve medicamentos daquela época, como a Babosa (*Aloe vera*), utilizada até hoje para o tratamento de queimaduras. Há 5.000 anos, surgiram as primeiras evidências escritas sobre o uso de plantas medicinais na Índia, China e no Egito, havendo registros também na Grécia e Ásia Central há menos tempo. Na Idade Média, as mulheres eram responsáveis pela colheita das ervas e plantas e por cuidar das hortas em casa (Kito; Lacerda, 2023).

Hoffmann; Anjos (2018) discorrem sobre também a respeito da notoriedade das seguintes produções a respeito do uso das plantas medicinais, são elas: Susrata-samhiita (600 anos a.C.) da Índia Antiga, que relaciona 700 espécies vegetais; primeira farmacopeia promulgada da China (659 anos d.C.), que contempla a Medicina Tradicional Chinesa, com registros de 2500 anos a.C.; e pré-colombiana do Império Asteca.

Segundo Almeida (2011), datam de 500 a.C., os primeiros tratados médicos com registros sistemáticos sobre as propriedades das plantas medicinais – o Taxaraca-Samhita e o Susrata-samhiita – que inspiraram a medicina grega considerada o berço da medicina ocidental. Diversos outros registros apresentam pesquisas realizadas a partir das plantas com propriedades medicinais muito antes disso, como por exemplo o código Hamurabi que descreve o uso de espécies vegetais bioativas como o ópio, o gálbano e o meimendro no tratamento de doenças, elaborado há 3.000 anos a.C., no império babilônico (Rocha et al., 2021).

Com base em Hoffmann; Anjos (2018), Aristóteles e Teofrasto (371 a.C., em “A história das plantas”), Plínio (23-79 d.C., em “História natural”) e Dioscórides (século I, em “Matéria Médica”) acabaram recebendo uma grande notoriedade na descrição da botânica e no uso de plantas medicinais, ampliando o conhecimento a respeito delas.

Durante a Idade Média, nos séculos V a XV, período em que a Europa passou pelo chamado “obscurantismo”, o conhecimento científico estava limitado aos mosteiros e somente os religiosos tinham acesso às obras e registros das plantas medicinais e a sua aplicabilidade (Rocha et al., 2021). Concomitantemente, a Arábia tornava-se uma região efervescente no campo da medicina e somando os conhecimentos indianos contribuiu enormemente com a medicina praticada na Europa (Almeida, 2011).

Nesse cenário é importante destacar que até o fim da Idade Média, o conhecimento do uso terapêutico obtido sobre as plantas medicinais era resultante de observações e experimentações e os detentores desse conhecimento acreditavam na ideia de “*Signature Doutrinae*”, que conforme Rocha et al. (2021) consistia na suposição de que Deus sinalizava substâncias bioativas nas plantas, tendo o objetivo de dar dicas sobre o seu uso em algumas doenças, como por exemplo, a forma das folhas e a cor das flores podiam ser indicativos sobre que doenças as plantas podiam curar.

Apesar dos escritos de Hipócrates, Galeno, Teofrasto e Plínio, terem sido extraviados, Avicena (980-1037) compilou aos saberes árabes sobre plantas medicinais, tendo orientado estudos hipocráticos-galênicos. Com isso, cabe destacar que até o século XV os saberes relacionados às plantas medicinais eram permeados por versões e trabalhos árabes. Contudo, os textos médicos clássicos, originalmente gregos, foram recuperados na Renascença, sendo amplamente disseminados no século XVI (Araujo et al., 2011; Hoffmann; Anjos, 2018).

Apenas a partir do século XVI, com o pioneirismo do físico suíço Paracelso, que se passou a extrair o princípio ativo dos fitoterápicos ao qual ele denominou de “*Quinta Essentia*” e, somente a partir do princípio ativo é que se reconhecia para quais doenças seriam direcionadas as plantas específicas. Já na era renascentista (Idade Moderna), a abertura dos portos marítimos facilitou a expansão geográfica, e a troca de conhecimentos entre os continentes fortaleceu as pesquisas científicas na Europa com

novas descobertas sobre as plantas e seu potencial curativo. A Europa se tornaria em breve o “berço” da medicina moderna (Almeida, 2011).

No início do século XVII na Europa, os primeiros laboratórios passaram a estudar a natureza e reuniram evidências empíricas, sendo que as pesquisas eram investigadas analiticamente. No Brasil, o conhecimento acerca do uso de plantas medicinais está relacionado aos povos africanos, europeus e, principalmente, aos indígenas, pois, essa população detinha o saber dos benefícios das plantas nativas. No nosso país, as pesquisas etnofarmacológica e etnobotânica estão se tornando desafiadoras, em virtude da biodiversidade brasileira estar sendo progressivamente destruída, resultando na perda de informações sobre as plantas medicinais tropicais. Apesar da sugestão popular, muitas espécies ainda não foram objetos de estudos químicos, farmacológicos e toxicológicos. No entanto, é importante ressaltar que o conhecimento popular a respeito das plantas medicinais tem uma contribuição sociocultural e econômica muito rica (Kito; Lacerda, 2023).

Tendo como base o estudo realizado por Hoffmann; Anjos (2018), nota-se que além dos conhecimentos eruditos sobre o uso de plantas medicinais, como práticas terapêuticas, eles não foram os únicos que se desenvolveram, consolidando e estruturando o arsenal terapêutico disponível. As práticas indígenas, ou mais especificamente, dos brasilíndios, foram excessivamente descritas por alguns viajantes e colonizadores naturalistas que chegaram ao Brasil nos séculos XVI, XVII e XVIII.

## O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS NO BRASIL

As plantas medicinais são espécies vegetais, cultivadas ou não, com propósitos terapêuticos, elas podem ser frescas quando coletadas no momento de seu uso e secas as que foram precedidas de secagem e estabilização, ambas equivalendo à droga vegetal. Já os fitoterápicos tratam-se de medicamentos obtidos exclusivamente de matérias-primas ativas vegetais, cuja eficácia e segurança são validadas (Badke et al., 2019).

Meneguelli et al. (2017) dizem que as plantas medicinais são essenciais para o tratamento de inúmeros tipos de doenças, em especial, para o uso das populações que residem em localidades que sejam consideradas de difícil acesso as unidades públicas de

saúde básica, como populações indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e produtores rurais, que durante os períodos chuvosos as populações ficam isoladas dos centros urbanos de saúde, mais próximos de suas residências.

Hoffmann; Anjos (2018) dizem que no caso das terapias de tradição africana, advindas de diferentes grupos, puderam influenciar intensamente as práticas terapêuticas, mesclando-se às existentes e agregando distintas plantas medicinais oriundas da África que foram trazidas pelos povos africanos ao longo dos três séculos de tráfico negreiro, afetando, principalmente, as regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país. Dessa forma, estruturou-se fortemente grande uso de plantas medicinais também nos rituais religiosos.

O Brasil detém aproximadamente 20% da flora mundial e o uso das plantas medicinais tem se apresentado com inúmeros benefícios para a população em geral, principalmente para as pessoas de baixa renda e as que residem em áreas rurais, por seu baixo custo, por existir em abundância na nossa natureza e pelos altos custos dos medicamentos alopáticos (Rocha et al., 2021; Lima et al., 2020).

Segundo Neves (2019), em virtude da ampla diversidade encontrada no Brasil, e o pouco saber científico, o conhecimento advindo de plantas medicinais no início do século XX, era repassado de forma tradicional conforme a experiência no uso, e as informações eram transmitidas de forma oral por aqueles que faziam tratamentos com as plantas. Braga; Silva (2021) acrescentam que a Índia e o Brasil estudam os efeitos benéficos do uso de plantas medicinais, bem como o seu mecanismo de ação. O Brasil detém cerca de 15 a 20% do total da biodiversidade mundial.

Com base em Badke et al. (2019) no Brasil, a legitimação e a institucionalização das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) de atenção à saúde foram iniciadas na década de 1980, após a criação do SUS. No ano de 2002, a OMS formulou uma orientação de estímulo à inclusão de práticas não convencionais de cuidado na organização dos sistemas de saúde oficiais, frente a evidência do crescimento significativo de uso por parte da população.

Assim, ao longo dos anos, a prática da fitoterapia sedimenta-se e estrutura-se, demonstrando que o uso de plantas medicinais é uma necessidade e realidade de várias comunidades e países. Contudo, o

sistema de saúde e os profissionais inseridos nestes cenários necessitam garantir o seu uso racional (Andrade et al, 2012; Veloso et al., 2023). Assim, nota-se que os avanços da tecnologia e das pesquisas sobre as plantas medicinais ampliam sua credibilidade e já são recomendadas por muitos profissionais da saúde com seu acesso ampliado pelo SUS (Rocha et al., 2021).

## A IMPORTÂNCIA DA FITOTERAPIA

A palavra fitoterapia, se origina do grego *therapeia* (tratamento) e *phyton* (vegetal), é responsável por estudar as plantas medicinais, suas composições químicas e propriedades terapêuticas. A fitoterapia é uma prática terapêutica que está presente nas sociedades humanas desde os seus primórdios. Na pré-história, a humanidade fazia o uso dos vegetais de forma instintiva, aproveitando ervas, frutos e raízes como matéria-prima para alimentação, conservação de alimentos e também para aplicação em feridas e machucados. Atualmente, com o desenvolvimento técnico-científico, busca-se cada vez mais a segurança e qualidade para a produção de medicamentos seguros (Souza, 2023).

Para Bortoluzzi; Schmitt; Mazur (2020), a fitoterapia é uma forma de tratamento simples e natural, que tem como principal objetivo tratar ou prevenir doenças a partir da preparação de vegetais ou aos princípios ativos que deles possam ser extraídos. Dito isto, não se deve considerar um fitoterápico aquele que inclui substâncias isoladas de qualquer origem, ou associações com extratos vegetais ou encapsulados. O fitoterápico está associado ao efeito terapêutico, que pode ser usado como controle de qualidade de suas matérias primas. Em geral, a ação dos fitoterápicos ocorre em virtude do conjunto de moléculas (fitocomplexo) que agem sinergicamente para promover a ação.

De acordo com Souza (2023), nos fitoterápicos é possível encontrar substâncias químicas responsáveis por formar os princípios ativos, ou seja, os compostos químicos conferem as propriedades farmacêuticas aos vegetais. Os fitoterápicos são produzidos através de técnicas laboratoriais, farmacêuticas e industriais, e possuem eficácia e riscos de uso comprovados por meio de estudos, pesquisas e ensaios clínicos que evidenciam sua qualidade. Essas substâncias químicas podem ser encontradas em várias formas, como os constituintes

celulares primários (proteínas, lipídios e polissacarídeos), os metabólitos intermediários (ácidos orgânicos) e os constituintes celulares secundários (alcalóides, glicosídeos, flavonoides, saponinas, taninos, óleos essenciais, etc.).

Os tratamentos fitoterápicos podem ter diversas aplicabilidades e indicações para os diferentes problemas de saúde, desde os problemas leves e moderados, até alguns casos crônicos. Os produtos são provenientes de plantas medicinais, processadas para obtenção de extratos ou substâncias, para que sejam prescritas de forma segura e orientada. A cultura popular e os conhecimentos obtidos a respeito dos efeitos medicinais de fitoterápicos disseminaram uma concepção de que esses medicamentos podem ser utilizados indiscriminadamente, contudo, sabe-se que as plantas medicinais podem causar graves danos à saúde do usuário, como a intoxicação. Os efeitos tóxicos podem estar associados ao uso de uma dose excessiva, uso prolongado, ou ingestão de plantas tóxicas (Veloso et al. 2023).

Diante das ponderações apresentadas, Veloso et al. (2023) explicam ainda que é necessário analisar as consequências do uso a longo prazo das plantas medicinais e fitoterápicos, como os efeitos nefrotóxicos, cardiotoxicos, hepatotóxicos e carcinogênicos, como também os efeitos em pacientes grávidas, como o risco de malformações fetais, ou das interações medicamentosas em paciente que utilizam outros medicamentos, podendo alterar o efeito do fármaco utilizado.

## 3.4 REGULAMENTAÇÃO DAS PLANTAS MEDICINAIS E DOS FITOTERÁPICOS NO BRASIL

Com relação as nomenclaturas empregadas para as plantas medicinais e fitoterápicos, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) explica que o tema plantas medicinais podem variar conforme a região onde são cultivadas e conhecidas popularmente, mas a Anvisa conceitua uma planta como sendo medicinal quando possui substâncias que, quando administradas ao ser humano, podem prevenir, curar ou tratar doenças. Quanto aos medicamentos fitoterápicos, a Anvisa pontua que são obtidos através da industrialização das plantas medicinais que podem ser comercializadas por cápsulas, comprimidos, pomadas ou xaropes e

também precisam obedecer a critérios de qualidade, além da segurança e eficácia, para que, ao ser utilizado, os seus efeitos desejados estejam preservados (ANVISA, 2022).

Fazendo um paralelo a respeito da regulamentação das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil, Tappin; Lucchetti (2007) explica que do período colonial ao século XX, diversas legislações foram criadas na tentativa de regulamentar a fabricação e comercialização dos fitoterápicos, a exemplo do Decreto nº 19.606 de 19 de janeiro de 1931, que abordava o uso terapêutico das plantas medicinais de forma reduzida. Apenas a partir da Portaria nº22 de 1967 e da Portaria nº6 de 1995, que se estabeleceram critérios mais detalhados para o uso de preparações fitoterápicas, como: licença para fabricação, controle de qualidade, registros científicos que comprovassem as indicações terapêuticas de determinada composição, incluindo conceitos mais objetivos sobre os medicamentos fitoterápicos. Conceitos esses corroborados mais tarde pela Anvisa (Sousa et al, 2020; Souza et al, 2023).

A regulamentação do SUS em 1990, através da Lei nº 8.080 foi determinante para que o Brasil desenvolvesse políticas públicas voltadas para a incorporação de práticas tradicionais e integrativas, incluindo o uso de plantas medicinais e fitoterápicos. A criação da PNPIC aprovada em 2006 pelo Decreto nº 5.813 e da PNPMF aprovada no mesmo ano, reforçou o papel dessas práticas na atenção primária à saúde, reconhecendo sua importância na promoção da saúde, especialmente no contexto da medicina tradicional e complementar. Segundo o Ministério da Saúde (MS), essas ações estão alinhadas com as recomendações da OMS sobre o uso seguro e eficaz de medicinas tradicionais, incluindo fitoterápicos (BRASIL, 2016).

A PNPIC e a PNPMF são resultados das recomendações da OMS e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estabelecidas na Conferência Internacional sobre Atenção Primária em Saúde, realizada em Alma-Ata, Genebra, em 1978 (BRASIL, 2006; Melo Filho et al, 2016). A PNPMF visava o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos, promovendo o uso

sustentável da biodiversidade, o desenvolvimento da cadeia produtiva e da indústria nacional (Villas Bôas et al., 2023). A PNPIC, possibilitou a inclusão das plantas medicinais e fitoterapia, homeopatia, medicina tradicional chinesa/acupuntura e termalismo social/crenoterapia como opções terapêuticas no sistema público de saúde (BRASIL, 2016).

Conforme Goés; Silva; Castro (2019) o MS desenvolveu diversas ações que promoveram o estímulo, a prática e a utilização de plantas medicinais e fitoterápicos no SUS, em que ocorreu a criação da Portaria nº 971 de 3 de maio de 2006 que aprova a PNPIC, bem como, o Decreto do Presidente da República nº 5.813 de 22 de junho de 2006 que aprova a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; a Portaria nº 2.960 de 9 de dezembro de 2008, que aprova o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos e cria o Comitê Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Ainda de acordo com Goés; Silva; Castro (2019), o MS foi responsável pela publicação da Portaria MS/GM nº 533, de 28 de março de 2012, no qual é estabelecido o elenco de medicamentos e insumos da Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). Este consta de 12 medicamentos fitoterápicos contemplados e devidamente registrados na Anvisa e, portanto, com eficácia e segurança comprovadas.

Para Vilanova-Ferreira (2023) a RENAME de 2020 inclui fitoterápicos com base em 12 espécies de plantas diferentes, são elas: a alcachofra (*Cynara scolymus* L.), aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), babosa [*Aloe vera* (L.) Burm. f], cáscara-sagrada (*Rhamnus purshiana* DC.), espinheira-santa (*Maytenus ilicifolia* Mart. ex Reissek), garra-do-diabo (*Harpagophytum procumbens* DC. ex Meissn.), guaco (*Mikania glomerata* Spreng.), hortelã (*Mentha x piperita* L.), isoflavona-de-soja [*Glycine max* (L.) Merr.], plantago (*Plantago ovata* Forssk.), salgueiro (*Salix alba* L.), unha-de-gato [*Uncaria tomentosa* (Willd. ex Roem. & Schult.)]. Essas espécies estão dispostas no quadro 01, exposto abaixo, apresentando o nome popular da espécie, o nome científico e as indicações de uso.

**Quadro 1** - Relação de fitoterápicos ofertados pelo SUS, Brasil

Nome popular	Nome científico	Indicação
Espinheira santa	<i>Maytenus ilicifolia</i>	Auxilia no tratamento de gastrite e úlcera duodenal e sintomas de dispepsias
Guaco	<i>Mikania</i>	Apresenta ação expectorante e broncodilatadora
Alcachofra	<i>Cynara scolymus</i>	Tratamento dos sintomas de dispepsia funcional e de hipercolesterolemia leve a moderada. Apresenta ação colagoga e colerética
Aroeira	<i>Schinus terebenthifolius</i>	Apresenta ação cicatrizante, antiinflamatória e anti-séptica tópica, para uso ginecológico
Cáscara-sagrada	<i>Rhamnus purshiana</i>	Auxilia nos casos de obstipação intestinal eventual
Garra-do-diabo	<i>Harpagophytum procumbens</i>	Tratamento da dor lombar baixa aguda e como coadjuvante nos casos de osteoartrite. Apresenta ação anti-inflamatória
Isoflavona-de-soja	<i>Glycine Max</i>	Auxilia no alívio dos sintomas do climatério
Unha de gato	<i>Uncaria tomentosa</i>	Auxilia nos casos de artrites e osteoartrite. Apresenta ação anti-inflamatória e imunomoduladora
Hortelã	<i>Mentha x piperita</i>	Tratamento da síndrome do cólon irritável. Ação antiinflamatória e antiespasmódica
Babosa	<i>Aloe vera</i>	Tratamento tópico de queimaduras de 1º e 2º grau e como coadjuvante nos casos de psoríase vulgaris
Salgueiro	<i>Salix alba</i>	Tratamento de dor lombar baixa aguda. Apresenta ação anti-inflamatória
Plantago	<i>Plantago ovata Forssk</i>	Auxilia nos casos de obstipação intestinal habitual. Tratamento da síndrome do cólon irritável

**Fonte:** Borges; Sales (2018, p. 20).

## O USO DAS PLANTAS MEDICINAIS E DOS FITOTERÁPICOS PELOS ENFERMEIROS

Os profissionais da saúde são respaldados legalizados para prescrever fitoterápicos, contudo, vale destacar o envolvimento de aspectos legais como a autorização pelo conselho profissional que exige capacitação específica de seus profissionais para este fim e aspectos éticos, como a existência de embasamento da prescrição, demonstrando conhecimento adequado (Badke et al., 2019).

No que tange a enfermagem, Badke et al. (2019) afirmam que através da Resolução do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) nº 197/1997 mediante o seu Art. 1º Estabelece e reconhece as Terapias Alternativas como especialidade e/ou qualificação do profissional de Enfermagem e o Art. 2º cita que para receber a titulação prevista no artigo anterior, o profissional de enfermagem deverá ter concluído e sido aprovado em curso reconhecido por instituição de ensino ou

entidade congênere, com uma carga horária mínima de 360 horas.

O enfermeiro tem autonomia para desenvolver o tratamento fitoterápico, não necessitando de prescrição médica e podendo ampliar as intervenções de enfermagem no processo da Sistematização da Assistência em Enfermagem (SAE), em detrimento da constante relação e contato com o indivíduo, tornando indispensável o seu papel na implementação de práticas que visem a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde. No entanto, apesar das PICS serem recomendadas pelo Ministério da Saúde, ainda são pouco utilizadas pelo enfermeiro e, mais reduzido ainda o quantitativo de publicações a respeito do assunto em relação a outras temáticas (Souza et al., 2021).

Segundo Ferreira et al. (2019), apesar da profissão de enfermagem está legalmente respaldada para executar o trabalho com as PICS, como posto na Resolução 290/2004 do COFEN, a falta de conhecimento e o pouco respaldo para estudar o assunto entre os profissionais de saúde, fazem com que os mesmos não estimulem o uso de plantas medicinais e não tenham conhecimento para esclarecer as dúvidas da população, sobre o uso correto das plantas medicinais e dos fitoterápicos.

## PERCURSO METODOLÓGICO

### TIPO DE ESTUDO

A pesquisa é classificada como uma revisão integrativa da literatura, conceituada por Sousa et al. (2017) por ser um método de investigação que busca permitir a procura, a avaliação crítica e a síntese das evidências disponíveis sobre um determinado tema investigado, em que o produto final é o estado do conhecimento do tema investigado, a implementação de intervenções efetivas na prestação de cuidados e na redução de custos, permitindo a identificação de fragilidades, que poderão conduzir ao desenvolvimento de futuras investigações.

Para realização da revisão integrativa deve-se seguir seis fases distintas, são elas: 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou pesquisa de literatura; 3)

definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos; 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; 5) interpretação dos resultados e, 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Sousa et al., 2017).

### LOCAL DA PESQUISA E COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu no mês de setembro de 2024, nas bases de dados indexadas na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) através da Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE) e Base de dados de Enfermagem (BDENF).

A questão norteadora foi a seguinte: Quais os desafios enfrentados pelos enfermeiros quanto ao uso das plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde? Para realizar a busca dos artigos selecionados para revisão integrativa, utilizou-se os descritores em saúde: Enfermeiros. Fitoterápicos. Plantas Mediciniais. Os cruzamentos aconteceram através da utilização do descritor booleano *and*.

### CRITÉRIOS DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO

Os critérios de inclusão utilizados na pesquisa foram: artigos científicos que apresentam a temática, que estão em língua portuguesa, que tem acesso gratuito, apresentem texto completo e que tenham sido publicados nos referidos bancos de dados no período de 10 anos, ou seja, entre 2014 a 2024, pois, a partir da busca observou-se a escassez de estudos com a temática.

Não foram incluídos na pesquisa: monografias, dissertações e teses ou artigos que não abordaram o tema ou que estivessem incompletos, não estivessem na língua portuguesa, tivessem acesso restrito e não contemplam o período de tempo estipulado nos critérios de inclusão.



## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados oriundos a partir do cruzamento dos descritores na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) foi de 1.051 artigos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão identificou-se 95 estudos e após a leitura criteriosa dos resumos foram selecionados 7 artigos para compor a revisão integrativa dos quais 2 foram publicados em 2021 e 1 foi publicado em 2015,

2016, 2018, 2020 e 2022, respectivamente. As bases de dados onde foram localizados os artigos foram: a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a Base de dados de Enfermagem (BDENF) e a *Medical Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE).

No Quadro 2 é possível ter acesso as seguintes variáveis: autor(es), ano da publicação, título do artigo, bases de dados e periódicos.

**Quadro 2** – Variáveis dos artigos selecionados para compor a revisão integrativa: Autor(es), Ano da publicação, Título, Bases de dados e Periódicos

Autor (es)	Ano	Título	Bases de dados	Periódicos
Gadelha et al.	2015	Utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais em diferentes segmentos da sociedade	LILACS	Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
Souza et al.	2016	O Processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária e a Política Nacional de Plantas Medicinais/Fitoterápicos	LILACS	Revista Brasileira de Plantas Medicinais
Mattos et al.	2018	Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais	MEDLINE	

Rodrigues; Campos; Siqueira	2020	A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos	LILACS	Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário
Martins et al.	2021	Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras	LILACS	Journal of Nursing and Health
Lima et al.	2021	Plantas medicinais e fitoterápicos no universo das práticas integrativas e complementares: um estudo bibliométrico	BDENF	Revista Enfermagem Atual in Derme
Caboclo et al.	2022	Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família	LILACS	Revista de Ciências Médicas e Biológicas

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O Quadro 3 apresenta as seguintes objetivos da pesquisa, tipo de estudo e resultados informações acerca dos artigos selecionados: encontrados.

**Quadro 3** – Variáveis dos artigos selecionados para compor a revisão integrativa: Objetivos da pesquisa, Tipo de estudo e Resultados encontrados

Objetivos	Tipo de estudo	Resultados
-----------	----------------	------------

Avaliar o uso de fitoterápicos e de plantas medicinais na saúde básica do município de Sousa-PB.	Pesquisa de campo, de caráter descritivo com uma abordagem qualiquantitativa.	A indicação do uso de plantas medicinais 96,7% dos usuários utilizam por indicação popular. Em relação as plantas mais usadas pelos pacientes foram citadas: Quebra pedra 58 citações, Hortelã 44, Aroeira 38, Babosa 32, Alecrim do nordeste 16 e unha de gato 10 citações, 58,4% dos usuários acham excelente a ideia de plantas medicinais e fitoterápicos do SUS disponível para a comunidade, 90% dos profissionais de saúde consideram inserção da fitoterapia no SUS e principalmente nas USF como avanço para a terapia comunitária, 88% dos profissionais de saúde relataram que os conhecimentos que possuem não são suficientes para uma orientação e/ou prescrição adequada e plantas medicinais ou de fitoterápicos, em relação a frequência e recomendações que os profissionais de saúde prescrevem fitoterápicos foram antidepressivo, calmante com uma frequência de 0,35, seguidos de tosse, gripe e sistema respiratório com 0,31 e mal estar gástrico com 0,21.
Conhecer o processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária em relação à Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.	Estudo de abordagem qualitativa do tipo descritivo.	A análise seguiu a proposta operativa de Minayo, emergindo dois temas: processo de trabalho dos enfermeiros e a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos; viabilização desta na atenção primária. Observou-se o desconhecimento da política, apesar de ter sido constatado a indicação de plantas medicinais no processo de trabalho
Avaliar o perfil de prescrição/sugestão e credibilidade no uso de plantas medicinais e fitoterápicos como terapia complementar entre 157 profissionais de 66 equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) do município de Blumenau.	Estudo quantitativo e de corte transversal.	Apesar de 65,6% dos entrevistados relatarem conhecer a PNPIC, a presença de fitoterápicos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais era desconhecida por 85,4%. A maioria (96,2%) dos profissionais acredita no efeito terapêutico das plantas medicinais, mas não prescrevem. No entanto, 98,7% dos entrevistados concordam com a iniciativa de ofertar esta prática integrativa e complementar no SUS após uma capacitação na área.
Identificar como a fitoterapia, uma das práticas integrativas e complementares mais incidentes no Sistema Único de Saúde, tem sido apropriada pelos profissionais que atuam na Estratégia Saúde da Família (ESF) no município do Rio de Janeiro, destacando os limites dessa utilização na perspectiva do direito à saúde integral.	Metodologia qualitativa, do tipo exploratória, foi realizado um estudo transversal.	A fitoterapia ainda não foi apropriada pelos profissionais de saúde pesquisados: 66,7% dos médicos e 41,7% dos enfermeiros afirmaram prescrever fitoterápicos, entretanto, a maioria afirmou não ter tido nenhuma instrução sobre o assunto. O cultivo de plantas medicinais foi observado nas visitas domiciliares por 76,9% dos agentes comunitários de saúde e 54% dos enfermeiros. Já o uso pela população foi relatado por 83,3% dos enfermeiros e 80,9% dos médicos.
Analisar o conhecimento dos enfermeiros da Atenção Primária em Saúde sobre as Práticas Integrativas e Complementares em saúde e sua utilização.	Estudo descritivo, exploratório com abordagem qualitativa.	As entrevistas evidenciaram a importância que as Práticas Integrativas e práticas populares em saúde exercem na comunidade, ressaltando o uso de plantas medicinais/fitoterapia e cromoterapia. Foi evidenciado que os idosos são os principais praticantes.
Investigar a produção científica sobre o uso de plantas medicinais e fitoterápicos em relação ao uso de outras práticas integrativas e complementares (PICS).	Revisão bibliométrica, descritiva de abordagem quantitativa.	Foram selecionados 81 artigos, 28,17% publicados em 2017. O ano das publicações possui relação com a inclusão de mais práticas na política de práticas integrativas e complementares. Os grupos mais citados nos estudos de Plantas Medicinais e fitoterápicos são: os usuários em geral 38,24% do todo, enfermeiros com 20,59% e as mulheres 14,71%.
Verificar o conhecimento sobre a prática da fitoterapia por profissionais de saúde em unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF)	Estudo quantitativo, transversal, não experimental, por meio de avaliação exploratória e descritiva.	Participaram da pesquisa, 156 profissionais de saúde, distribuídos em 20 ESF do município de Rondonópolis-MT, sendo 24 enfermeiros, 8 médicos, 7 odontólogos, 4 farmacêuticos, 6 psicólogos, 10 técnicos em enfermagem, 88 agentes comunitários de saúde, 7 técnicos em saúde bucal, 1 técnico de farmácia e 1 educador físico. Destaca-se que 58% não souberam explicar a diferença entre fitoterápicos e plantas medicinais, 52% não sabiam realizar orientações nem citar o

nome de medicamentos proveniente das plantas (53%), 88% não fizeram curso ou disciplina na área. No entanto, 86% tem interesse em se qualificar no assunto. Dentre os profissionais prescritores, 72,1% afirmaram prescrever raramente ou não prescrever a fitoterapia em sua prática profissional.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

Diante das informações apresentadas nos artigos, nota-se a dificuldade de estudos direcionados especialmente aos enfermeiros, mesmo que esses profissionais sejam respaldados no tocante a prescrição de fitoterápicos e plantas medicinais.

A pesquisa desenvolvida por Gadelha et al. (2015) investigou o conhecimento de enfermeiros e médicos que atuam na APS. Os resultados encontrados pelos pesquisadores a respeito da frequência com que os entrevistados têm acompanhado pacientes com problemas relacionados ao uso de fitoterápicos ou reações adversas, (n = 21) 35% disseram que nunca atenderam nenhuma ocorrência de pacientes com reações adversas ocasionadas pelo uso de fitoterápicos; enquanto (n = 39) 65% responderam que atenderam, porém, com baixa frequência. Esses dados demonstram que o uso de fitoterápicos apresenta baixa incidência de reações adversas e que as mesmas podem estar associadas a fatores que não sejam ligados diretamente ao seu uso, mas talvez, a forma como eles foram administrados por parte dos pacientes.

Gadelha et al. (2015) ainda encontraram informações referentes à capacitação quanto a indicação de fitoterápicos como método terapêutico, de modo que, (n = 58) 97% dos profissionais de saúde entrevistados responderam que não e somente (n = 2) 3% disseram já ter recebido algum tipo de capacitação para prescrever fitoterápicos como método terapêutico. Esses dados demonstram a incipiência do conhecimento dos profissionais de saúde, nesse caso os médicos e enfermeiros, com relação as capacitações voltadas à prescrição dos fitoterápicos e/ou plantas medicinais, isso aponta a deficiência na formação acadêmica desses profissionais e o interesse dos mesmos em buscarem atualizações que abarquem a promoção do conhecimento científico-tecnológico nessa área de atuação.

Com relação à participação em atividades de capacitação sobre plantas medicinais Souza et al. (2016), atrelam-se a esta discussão apresentando que apenas 22% dos enfermeiros entrevistados afirmaram ter participado de alguma atividade de educação envolvendo a temática de plantas medicinais. Nessa

pesquisa notou-se que 11 enfermeiros referiram que fazem uso e indicam plantas medicinais em seu processo de trabalho e cotidiano familiar.

Souza et al. (2016), argumentam que ainda há desconhecimento dos enfermeiros quanto a PNPMF enquanto normativa, mas há profissionais que admitem o uso de plantas medicinais, sendo referidas para ação no processo de cuidado familiar e no trabalho. Com isso, observa-se a necessidade de superação em relação ao modelo de saúde vigente e a valorização de práticas complementares de saúde, que por sua vez, impõem no processo de trabalho do enfermeiro, a superação da leitura doença/tratamento, numa linearidade presente na perspectiva biomédica, superando esta leitura simplista de uma perspectiva normativa da política.

Segundo Caboclo et al. (2022), em seu estudo, os participantes que afirmaram saber o nome de algum fitoterápico, foi solicitado que citasse o nome e a indicação terapêutica, no entanto, os que responderam (camomila, boldo, erva cidreira entre outros), são consideradas plantas medicinais e não fitoterápicos, sugerindo que exista um desconhecimento sobre o significado dos termos.

Caboclo et al. (2022) realizou a pesquisa com 156 profissionais e, destes, 24 são enfermeiros. Caboclo et al. (2022) apoiam essa discussão ressaltando que a prescrição dos fitoterápicos pode ser feita por médicos, odontólogos, farmacêuticos e enfermeiros, de acordo com as legislações estabelecidas por cada conselho. Dentre os prescritores (43), os que não prescrevem ou prescrevem raramente somam 72,1% (31), dos quais 19,3% são médicos, 6,5 % farmacêuticos, 16,1% odontólogos e 58,1% enfermeiros.

A maior parte dos entrevistados falou saber parcialmente (42%) ou não saber a posologia a ser utilizada (47%), nem fazer as orientações de uso aos pacientes (52%), com diferença estatisticamente significativa quando comparado aos profissionais que afirmaram dominar e realizar essas orientações. Frente a esses dados, é indispensável ressaltar que o uso indevido das plantas medicinais ou fitoterápicas pode induzir a graves danos ao organismo, em

especial quando existem fatores de risco que configuram uma contra indicação para o uso (Caboclo et al., 2022).

A pesquisa de Mattos et al. (2018) foi realizada com 157 profissionais de saúde, e destes, 40 eram enfermeiros. Mattos et al. (2018) evidenciaram em seus resultados que com relação as práticas integrativas que fazem parte da PNPIC, 49 entrevistados (47,5%) não recordavam e nenhum dos entrevistados lembrou-se de todas as práticas, o que demonstrou um desconhecimento sobre a política. Outra informação bastante pertinente, foi que 85,4% não sabiam das 12 plantas medicinais que compõem a RENAME e 80,3% as da RENISUS. Contudo, 98,7% responderam que possuem interesse em receber informações sobre a utilização de plantas medicinais na APS através de cursos ou capacitações (Gadelha et al, 2013; Gadelha et al,2015).

Lima et al. (2021) concordam com esse interesse dos profissionais na busca por conhecimento acerca do uso das plantas medicinais e dos fitoterápicos. Os autores falam especificamente que a enfermagem vem buscando inserir em seu processo de trabalho alternativas que permitam a integralidade e um atendimento que contemple os determinantes sociais, a cada dia, os enfermeiros encontram esta ferramenta nas PICS em suas diferentes modalidades.

Em contrapartida, acerca das PICs, Gomes et al. (2021) argumentam que a maioria das enfermeiras descreveu que possuem pouco conhecimento. Segundo o conhecimento das enfermeiras, a respeito da prática mais utilizada pela população, destacam-se o uso de plantas medicinais em forma de chá com folhas e sementes, o uso de garrafadas com diferentes partes da planta e os rituais de benzeduras no qual se utilizam algumas ramagens, compressas, gargarejos e emulsões. Desse modo, percebeu-se que os profissionais passam a ter conhecimento dessas práticas da comunidade através da escuta terapêutica, onde o indivíduo possui confiança em disponibilizar seus conhecimentos ao profissional de referência.

No estudo realizado por Rodrigues; Campos; Siqueira (2020), embora o protocolo de enfermagem oriente a prescrição de xaropes e pomadas fitoterápicos, muitos não se sentem respaldados. Dos nove enfermeiros entrevistados, seis afirmaram não prescrever. Assim, os entrevistados ressaltam que a oferta de formações continuadas de PICs na APS oferecidas pelos gestores não são capazes de suprir as deficiências do ensino acadêmico, nem conseguem

alcançar um número representativo de profissionais de cada unidade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A historicidade das plantas medicinais, aliada ao reconhecimento de sua eficácia, reforça a importância dessas práticas na promoção da saúde. Pensando nisso, observa-se a relevância de trabalhar as plantas medicinais e dos fitoterápicos na Atenção Primária à Saúde, uma vez que, observa-se ainda que há uma fragilidade dos profissionais quanto a esta área de atuação. Sendo assim, nota-se que a literatura, apesar de escassa, aponta alguns desafios dos enfermeiros quanto ao uso das plantas medicinais e fitoterápicos na APS.

Ao abordar o enfermeiro que atua diretamente na atenção básica, percebe-se que esse profissional possui um papel indispensável na promoção à saúde e na prevenção de agravos e doenças, sendo basilar para na assistência ao usuário. Contudo, ao reportar-se a atuação desses profissionais quanto ao uso das plantas medicinais e fitoterápicos, ainda existem lacunas no conhecimento dos enfermeiros sobre as PICS e também acerca da PNPMF, esse fato, pode ser constatado tanto pela falta de interesse dos profissionais pela área, quanto pela deficiência na formação acadêmica que não trás em seu currículo disciplinas com a temática.

Assim, conclui-se que a revisão integrativa foi extremamente importante para ter acesso ao cenário atual dos enfermeiros que atuam na APS e como ocorre essa relação entre os enfermeiros, o uso das PICS e a receptividade dos usuários da atenção básica. Desse modo, nota-se que ainda há um longo caminho para ser feito no tocante as capacitações direcionadas ao uso racional das plantas medicinais e dos fitoterápicos por parte dos profissionais de saúde, em especial do enfermeiro, que pode ter nesse campo de atuação uma área bastante promissora, pois, cerca de 80% da população mundial elege as plantas medicinais como forma de tratamento.

## **REFERÊNCIAS**

ANDRADE, S. E. O., MARACAJÁ, P. B., DA

- SILVA, R. A., FREIRES, G. F., & DE MACENA PEREIRA, A.. Estudo etnobotânico de plantas medicinais na comunidade Várzea Comprida dos Oliveiras, Pombal, Paraíba, Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 7(3), 11. (2012)
- ARAÚJO, F. A., LEITE, D. T., SOUSA, L. C. F. S., DE ALBUQUERQUE FERNANDES, A., & MARACAJÁ, P. B.. Etnobotanic and etnovet in jacu settlement in municipality of Pombal, Paraíba, Brazil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 6(4), 25. (2011)
- ALMEIDA, Mara Zélia de. **Plantas Mediciniais** [online]. 3 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.
- ANVISA, Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Cartilha de Orientações sobre o Uso de Fitoterápicos e Plantas Mediciniais**. Brasília: Anvisa, 2022.
- BADKE, Marcio Rossato; COGO, Silvana Bastos; ILHA, Aline Gomes; HEISLER, Elisa Vanessa; SCHIMITH, Maria Denise; SACRAMENTO, Henriqueta Tereza do. Panorama brasileiro dos serviços de plantas medicinais e fitoterápicos. *Revista de Enfermagem da UFSM*, Santa Maria, v. 9, p. 1-19, 2019. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3dae/acc0717514525b89133317b34890ab825562.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2024.
- BARRETO, Andrea Cerqueira; OLIVEIRA, Vania Jesus dos Santos de. Conhecimento de profissionais de saúde sobre as plantas medicinais e os fitoterápicos na Atenção Básica no município do Recôncavo da Bahia. *Revista Fitos*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 291-304, 2022.
- BORGES, Fabricia Villefort; SALES, Maria Diana Cerqueira. Políticas públicas de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: sua história no sistema de saúde. *Pensar Acadêmico*, Manhuaçu, v. 16, n. 1, p. 13-27, jan.-jun., 2018. Disponível em: <https://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/pensaracademico/article/view/18/439>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- BORTOLUZZI, Mariana Matos; SCHMITT, Vania; MAZUR, Caryna Eurich. Efeito fitoterápico de plantas medicinais sobre a ansiedade: uma breve revisão. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 1, 2020.
- BRAGA, Joelma Correia Beraldo; SILVA, Luan Ramos da. Consumo de plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil: perfil de consumidores e sua relação com a pandemia de COVID-19. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 3831-3839, jan./feb., 2021.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. **Política e Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- CABOCLO, Estela Karoline Dias; SANTOS, Janaina Berça; SOUSA, Andressa Rodrigues de; BORDIN, Alana Oliveira; CASTRO, Ludiele Souza; LISBOA, Helen Cristina Fávero. Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família. *Revista de Ciências Médicas e Biológicas*, v. 21, n. 2, p. 214-217, out., 2022.
- FERREIRA, Eberto Tibúrcio; SANTOS, Emerson Silva dos; MONTEIRO, Josué Santos; GOMES, Margarete do Socorro Mendonça; MENEZES, Rubens Alex de Oliveira; SOUZA, Maurício José Cordeiro de. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos: uma revisão integrativa sobre a atuação do enfermeiro. *Brazilian Journal of Health Review*, Curitiba, v. 2, n. 3, p. 1511-1523, may./jun., 2019.
- GADELHA, C. S., JUNIOR, V. M. P., BEZERRA, K. K. S., PEREIRA, B. B. M., & MARACAJÁ, P. B. Estudo bibliográfico sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos no Brasil. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, 8(5), 27. (2013).
- GADELHA, Claudia Sarmento; PINTO JUNIOR, Vicente Maia; BEZERRA, Kevia Katiucia Santos; MARACAJÁ, Patricio Borges; MARTINS, Débora

S. S. Utilização de medicamentos fitoterápicos e plantas medicinais em diferentes segmentos da sociedade. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 10, n. 3, p. 1-15, 2015..

GOÉS, Ana Cristina Costa; SILVA, Larissa Sonayra Leal da; CASTRO, Nádile Juliane Costa de. Uso de plantas medicinais e fitoterápicos: saberes e atos na atenção primária à saúde. **Revista de Atenção à Saúde**, São Caetano do Sul, v. 17, n. 59, p. 53-61, jan./mar., 2019.

HOFFMANN, Roney; ANJOS, Mônica de Caldas Rosa dos. Construção histórica do uso de plantas medicinais e sua interferência na socialização do saber popular. **Guaju**, Matinhos, v. 4, n. 2, p. 142-163, jul./dez., 2018.

KITO, Fernanda Tiemi; LACERDA, Kaline da Silva. Histórico das plantas medicinais. In: VITORELLO, Claudia Barros Monteiro (org.). **Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência** [recurso eletrônico]. Piracicaba: FEALQ, 2023. p. 25-27.

LIMA, Cristiane da Costa; PEREIRA; Álvaro Itaúna Schalcher; SANTOS, Maria de Lurdes Campos dos; LOPES SOBRINHO, Oswaldo Palma; RIBEIRO, Francisco Adelson Alves; TEIXEIRA, Marconi Batista. **Plantas Medicinais e Indicações Terapêuticas** à luz do estudo etnobotânico na comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos em Codó, Maranhão. Guarujá: Editora Científica Digital, 2020.

LIMA, Maria Valéria Chaves de; LIMA, Thaina Jacome Andrade de; OLIVEIRA, Kalyane Kelly Duarte de; FERREIRA, Vaniely Oliveira. Plantas medicinais e fitoterápicos no universo das práticas integrativas e complementares: um estudo bibliométrico. **Revista Enfermagem Atual In Derme**, v. 95, n. 36, p. 1-11, out-dez., 2021.

MARTINS, Priscila Gomes; BRITO, Rubia Sousa; SANTOS, Pollyane da Costa Matos dos; LAVERDE, Carolina Rodrigues; OLIVEIRA, Nunila Ferreira de; PILGER, Calíope. Conhecimento popular e utilização das práticas integrativas e complementares na perspectiva das enfermeiras. **Journal of Nursing and Health**, v. 11, n. 2, abr., 2021.

MATTOS, Gerson; CAMARGO, Anderson; SOUSA, Clóvis Arlindo de; ZENI, Ana Lúcia Bertarello. Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 11, p. 3735-3744, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/csc/2018.v23n11/3735-3744/pt>. Acesso em: 10 ago. 2024.

MENEGUELLI, Alexandre Zandonadi; RIBEIRO, Sylviane Beck; LIMA JÚNIOR, Gilmar Alves; SPIROTTTO, Eduardo de Oliveira; SOUZA, Júlio Henrique Germano de. A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos na saúde pública brasileira. **Revista Enfermagem e Saúde Coletiva**, v. 1, n. 1, p. 2-12, 2017.

MELO FILHO, J. S., VÉRAS, M. L. M., DE MELO, U. A., ALVES, L. D. S., & MARACAJÁ, P. B.. O etnoconhecimento das plantas medicinais no município de catolé do rocha-PB. **Revista Terceiro Incluído**, 6(1), 129-137. (2016)

NEVES, Thaissa de Oliveira. **Principais interações entre medicamentos e as plantas medicinais e/ou fitoterápicos**. 2019. 40p. Monografia [Graduação]. Universidade de Uberaba. Uberaba, 2019.

OLIVEIRA, Arleusson Ricarte de; SOUSA, Yanna Gomes de; DINIZ, Ítalo Vinícius Albuquerque; MEDEIROS, Soraya Maria de; MARTINIANO, Cláudia; Alves, Marília. The daily routine of nurses in rural areas in the Family Health Strategy. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 72, n. 4, p. 918-925, Aug., 2019..

ROCHA, Luiz Paulo Bezerra da; ALVES. João Victor de Oliveira; AGUIAR, Irvania Fidelis da Silva; SILVA, Francisco Henrique da; SILVA, Roger Luis da; ARRUDA, Larissa Gomes de; NASCIMENTO FILHO, Edvaldo José do; BARBOSA, Bartira Victoria Dantas da Rocha; AMORIM, Luciclaudio Cassimiro de Amorim; SILVA, Paloma Maria da; SILVA, Marcia Vanusa da. Uso de plantas medicinais: Histórico e relevância. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 10, 2021. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/182>

82. Acesso em: 21 mar. 2024.

RODRIGUES, Mariana Leal; CAMPOS, Carlos Eduardo Aguilera; SIQUEIRA, Bianca Alves. A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário (Online)**, v. 9, n. 4, p. 28-50, out.-dez., 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/637/773>. Acesso em: 10 set. 2024.

SOUSA, Luís Manuel Mota de; MARQUES-VIEIRA, Cristina Maria Alves; SEVERINO, Sandy Silva Pedro; ANTUNES, Ana Vanessa. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. *In: Revista Investigação em Enfermagem*, p. 17-26, nov., 2017

SOUSA, V. F. O, BANDEIRA, A. S., RIBEIRO, M. D. S., DOS SANTOS, J. J. F., DOS SANTOS, G. L., DA SILVA, R. A., MARACAJA, P. B... & Costa, J. E.. Uso de fitoterápicos na cura de enfermidades em animais no Semiárido Paraibano. *Research, Society and Development*, 9(7), e261974040-e261974040. 2020.

SOUZA, F. J. C., de CASTRO, A. P., da SILVA, N. I. S., de Barros Carvalho, A., Benício, T. M. A., de Medeiros, F. F., ... & Maracaja, P. B. Atividade antimicrobiana da jurema preta (*Mimosa tenuiflora* (Wild) Poir.). *Revista Coopex*, 14(3), 2336-2362. . 2023.

SOUZA, A. D. Z; HEINEN, H. M; AMESTOY, S. C; MENDIETA, M. C; PIRIZ, M. A; HECK, R. M. O Processo de trabalho dos enfermeiros da atenção primária e a Política Nacional de Plantas Mediciniais/Fitoterápicos. **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, v. 18, n. 2, p. 480-487, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpm/a/mBjCQnTv84Rm7WZKLzgtg3F/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 set. 2024.

SOUZA, Anna Beatriz Queiroz Di. Plantas

medicinais, fitoterapia e fitoterápicos: você conhece os termos? *In: VITORELLO, Claudia Barros Monteiro (org.). Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência* [recurso eletrônico]. Piracicaba: FEALQ, 2023. p. 29-32.

SOUZA, Lorena Thaise Santos de; AZEVEDO, Marcel Vinícius Cunha; TORRES, Ruth Cristini; TELES, Weber de Santana; SILVA, Max Cruz da; BARROS, Ângela Maria Melo Sá; SILVA, Maria Hozana Santos; CARVALHO, Isabelle Borges Primo de; SANTOS JÚNIOR, Paulo Celso Curvelo; SILVA, Rute Nascimento da. Desafios enfrentados por enfermeiros na aplicabilidade da fitoterapia na atenção primária: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 4, n. 3, p. 11885-11899, may./jun., 2021.

VELOSO, Annelize Rodriguez; GERONIMO, Edson; NEVES, Ana Caroline; JESUS, Ana Gabriela Mendes de; MANDOTTI, Franciele; SANTOS, Gustavo Henrique Alvarenga dos; FEDRIGO, Tulio Tozzi; HOSCHEID, Jaqueline; JESUS, Douglas Rossi; SEGURA, Dora de Castro A.; ZARDETO, Giuliana. Cultivo e uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, Umuarama, v. 1, n. 1, p. 90-104, 2023.

VILANOVA-FERREIRA, Pedro Fernando. Plantas medicinais e fitoterapia: entre sabedoria tradicional e ciência moderna. *In: VITORELLO, Claudia Barros Monteiro (org.). Plantas medicinais e fitoterapia: tradição e ciência* [recurso eletrônico]. Piracicaba: FEALQ, 2023. p. 41-44.

VILLAS BÔAS, Glauco de Kruse; SANTOS, Jefferson Pereira Caldas dos; REZENDE, Mayara de Azeredo. **Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos Revisitada**. Rio de Janeiro: CIBS, 2023. Disponível em: [https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/20230629\\_pnpmf\\_revisitada\\_-\\_redesfito.pdf](https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u34/20230629_pnpmf_revisitada_-_redesfito.pdf). Acesso em: 15 ago. 2024.